

**AMOR MATERNO: A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE MÃES E
CRIANÇAS NO CUIDAR**

Autora: Adriana Aparecida de Souza
UFRN
drycacyda@yahoo.com.br

Orientador: José Wellington Germano

Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(CNPq)

Na história da Sociedade Ocidental notamos que a relação entre mãe e filhos nem sempre foi tão próxima: em alguns momentos históricos, por exemplo, não havia laços afetivos entre estes sujeitos. Essa relação foi sendo modificada de acordo com as necessidades presentes na sociedade. Diante destas observações, as reflexões delineadas por este trabalho buscam discutir a construção social do amor materno como um elemento importante para o cuidar de crianças na sociedade brasileira. As modificações relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos no Brasil articulam-se com as transformações econômicas que permitiram a organização dos Estados modernos e acompanharam a instalação da ordem econômica burguesa a partir do Século XVII (ARIÈS, 1978, BADINTER, 1985, DEL PRIORE, 1991). Assim, busca-se perceber historicamente como as relações de amor entre mães e filhos foram sendo tecidas e legitimadas no interior da sociedade brasileira. Em linhas gerais, pode-se dizer que a exaltação ao amor materno é um fato relativamente recente dentro da história da Civilização Ocidental, constituindo-se como um tipo de vínculo tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural” sem nenhuma relação com o contexto das representações sociais compartilhadas pelos indivíduos. O trabalho ancorou-se em estudos bibliográficos, dos quais merecem destaque as contribuições de Philippe Ariès (1978), em sua obra “A construção social da família”; Elisabeth Badinter (1985) em seu livro “Um Amor conquistado: o mito do amor materno”; e Mary Del Priore (1991) em seu trabalho intitulado “História das crianças no Brasil”.

Palavras-chave: Amor; Cuidar; relações mães e filhos

AMOR MATERNO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Na história da Sociedade Ocidental percebemos que a relação de mãe e filho em alguns momentos históricos não existiam laços afetivos entre mãe e filhos. Essa relação foi sendo modificada de acordo com as necessidades dadas pela sociedade. A mulher/mãe e seu papel de cuidar articulam as reflexões deste trabalho. Aqui procuramos mostrar em breves linhas: a construção social do amor materno e suas implicações no cuidar de crianças, as transformações ocorridas dentro da família no contexto social e cultural brasileiro, e como tais mudanças influenciaram a compreensão da maternidade e de seus papéis.

As modificações relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos, tanto na Europa como no Brasil, articulam-se com as transformações econômicas que permitiram a organização dos Estados modernos e acompanharam a instalação da ordem econômica burguesa, a partir do século XVII. Assim, não só o discurso médico colaborou, mas também de juizes, de políticos e da igreja contribuíram na promoção de uma nova forma de relação entre mãe e filhos, favorecendo características específicas para o papel materno, passando este a ocupar lugar central. (BADINTER, 1985). Indicam que a exaltação ao amor materno é um fato relativamente recente dentro da história da civilização ocidental, constituindo-se esse tipo de vínculo, tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”, em um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII.

Pelo fato de a criança ser, desde muito cedo, afastada do convívio de sua família, a qual só voltava, quando voltava, já adulta, impedia a existência de um laço mais profundo entre pais e filhos, na Europa dos Séculos XVI, XVII e metade do XVIII. Já no Brasil Colonial, as crianças não saíam da casa dos pais, mas eram criadas por mães negras, ou amas-de-leite. Para os senhores de escravos, a maior serventia das crianças nascidas no lugar era o fato de tornar possível a existência de uma ama-de-leite para alimentar seus filhos. Nesta época, já havia começado a valorização do aleitamento

materno, tanto pela Igreja como pelos médicos. Porém, as senhoras ainda não tinham o costume de amamentar, dando esta tarefa às escravas, tanto que as mulheres escravas que davam à luz eram empregadas como fornecedoras de alimento para as crianças de outras categorias, e chegavam a ser alugadas por um bom preço para esta finalidade.

Segundo Scavone (2004), algumas práticas vão receber mais ou menos atenção de acordo com o grupo social, a cultura e a época em que estão inseridos, e que assim se manifestam em modos de agir. A amamentação, por sua vez, seria influenciada pelas diversas fases da relação das mulheres com o ato de amamentar e as determinações de classe social implicadas. No Brasil, o aleitamento materno não foi diferente; ele começou a ser recomendado a partir da segunda metade do século XIX, no momento em que a criança da elite, passou a ter importância econômica e política. No entanto, já havia uma dedicação das amas-de-leite escravas nessa função que apenas passou a ser “nobre” para as mulheres da elite na medida em que os interesses políticos desta classe necessitavam de manter a coesão familiar.

Assim, o papel da família deixou de ser econômico para tornar-se um lugar de afetividade, originando uma nova forma de amor materno. O cuidado com as crianças passou a ser visto, pelas mulheres, como algo natural. Sendo assim, as mulheres assumem a responsabilidade no cuidado com os filhos, para que estes futuramente ocupem seu lugar na sociedade. A família passa a funcionar, então, como uma matriz de identidade social e pessoal, pois é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade de cada indivíduo, o lócus vivo de socialização humana.

Esse interesse pelos filhos e a questão do cuidar, e amamentar das mães, em sua própria casa, transformando-os em objetos de toda a sua atenção, passou a ser uma relação tão “natural” que as mulheres absorveram como se isso nascesse com elas, não percebendo que é algo construído social e culturalmente.

Desse modo, o ser mãe adquiriu uma enorme importância na família em nossa sociedade. Segundo Falcker e Wagner (2000), o dito popular “mãe é um ser de amor incondicional e de dedicação irrestrito”, capaz de dar a vida pelos filhos, de sacrificar seus sonhos, desejos e fantasias, um ser cheio de doçura e paciência, que tem pelos filhos uma afeição que nada pode abalar, popularizou-se em: “mãe só tem uma”.

Entretanto, a maternidade é uma experiência complexa, que pode gerar sentimentos contraditórios, assim como o comportamento materno que não é de forma alguma universal, para se falar aqui em instinto materno. Como bem nos diz Badinter (1985, p.16), “a amamentação no seio e os gritos do recém-nascido estão longe de provocar, em todas as mães, as mesmas atitudes.” O amor materno não está inscrito na natureza feminina. Ele é apenas um sentimento humano, que é construído socialmente e cultivado culturalmente na relação entre mãe e filho, como tal, é incerto, frágil, imperfeito, multifacetado, podendo ou não existir nesta relação.

Ainda hoje a sociedade brasileira tem para o ser “mãe” o descrito pelo dicionário¹: o de que mãe é origem, fonte, berço, pessoa muito boa, dedicada, desvelada; são esses os atributos impostos ao papel social da maternidade na sociedade brasileira. A sociedade tem a visão de mãe ideal, como aquela responsável pelo bem-estar psicológico e emocional da família, atribuindo a idéia mítica de amor e afeição. Apesar do crescente questionamento sobre o amor materno incondicional e inato, como o feito por Badinter (1985), discutindo-o em seu livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”. Neste, ela recupera a condição da maternidade comum na Europa, especificamente na França, até meados do século XVIII, identificando a desvalorização dada à maternidade, ou seja, o papel da mulher, destacando que o amor materno é uma construção social e não algo inato da mulher.

A partir do século XX, a mãe passou não só a ter o papel de zelar pela saúde física de seu filho, mas também a ser responsável pela educação deles. Essa educação ocorre na prática do cuidado e é representada através de outras responsabilidades, ou seja, o cuidar da saúde, da higiene, da educação, da alimentação, proteção e carinho.

É válido afirmar que são várias as transformações sociais que atravessam a família ao longo do processo civilizatório. Estas transformações possibilitaram o surgimento de novos modelos familiares no Brasil e no mundo, existentes atualmente, e, a partir desta compreensão da construção do amor materno como sentimento “natural” de mulheres/mães. Antes do século XIX, a família era responsável apenas pelo

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

funcionamento econômico; transmissão do patrimônio; procriação de crianças e pela sua socialização e saúde; era ainda a transmissora de valores e agia ligada as tradições religiosas e políticas do meio social.

No século XIX, com a reforma social, o Estado passou a interferir na vida familiar, regulando sobre o casamento, a adoção e o direito individual dos seus membros. A mulher nesse período continuou inserida na vida privada, sendo identificada pela sexualidade e pelo corpo, tornando-se símbolo de fragilidade, distante do mundo público, se restringindo a ser mãe e dona-de-casa.

O século XX é marcado por grandes transformações culturais e científicas, dentre estas, destacam-se a expansão da industrialização e da mídia, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o movimento feminista e o advento da pílula contraceptiva, entre outros, que possibilitaram as mudanças dentro da família. Um dos exemplos mais marcantes destas transformações são os dados do IBGE/ 86², os quais destacam que 59% das mulheres brasileiras entre 15 e 49 anos utilizam técnicas contraceptivas, 29% deste percentual empregaram a esterilização feminina, e 22 %, a pílula. Todas essas mudanças atravessaram as famílias e, conseqüentemente, as modificaram.

No início do século XXI, a família ainda é considerada o primeiro agente socializador da criança e é através dela que essa criança adquire comportamentos que influenciam diretamente a forma de agir no convívio social (tanto nos relacionamentos no meio interno quanto no externo).

Neste contexto, a mulher deixa de ser apenas dona-de-casa e passa a ocupar um lugar no mercado de trabalho, sem, no entanto, deixar suas funções anteriores de responsável pelos afazeres de casa e pela educação dos filhos, o que vem historicamente transformando a vida familiar. Paralelo a isso, surgem também vários movimentos que passam a destacar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência e por melhores condições sociais de vida; por direitos, havendo, então, a partir de tais movimentos, a intervenção de juízes, médicos e policiais no ambiente privado, para garantir a proteção de crianças e adolescentes.

² IBGE/ Dados retirados do de Scavone (2004).

De acordo com Ariès (1975), a constituição do novo conceito de infância, e que persiste até os dias atuais, passou a ser definida como sendo um ser ingênuo e frágil que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade. A morte também passa a ser concebida com dor e abatimento. Já no campo das relações morais, sob a influência de um movimento promovido por igrejas, leis e pelo Estado, onde a educação é o grande alvo, que coloca a criança naquilo que é considerado o “seu devido lugar”, assim como se fez com os que são classificados como loucos, as prostitutas e os pobres. Embora com uma função disciplinadora, a escola surgia com essa função de educar e proporcionar conhecimentos técnicos que posteriormente incluiriam na sociedade, isto é, houve então uma transferência da responsabilidade do educar da família para o Estado, que atualmente cobra da família o cuidado da saúde de seus membros, sejam eles crianças ou adultos.

Ainda que tantas transformações e arranjos desafiem uma conceituação capaz de traduzir tanta diversidade, permanece vivo no imaginário social um leque de expectativas, e mesmo idealizações, dirigidas à família. Segundo Carvalho (2002), espera-se da família que seja, sobretudo, capaz de produzir cuidados e proteção que proporcionem a aprendizagem de afetos, a construção de identidades e vínculos de pertencimento. Ressalta, esta autora, que tais expectativas não são garantias, mas são possibilidades, sempre de acordo com o contexto em que se vive, do apoio que se recebe (ou sua ausência), da inclusão social que se desfrute (ou não), tais possibilidades podem ser ampliadas ou drasticamente reduzidas. Nas suas palavras, “o potencial protetor e relacional aportado pela família, em particular daquela em situação de pobreza e exclusão, só é passível de otimização se ela própria recebe atenções básicas.” (CARVALHO, 2002, p.19)

A modernidade, historicamente, vincula a família à industrialização, inserindo-a ao mundo privado, dando-lhe, enfim, o significado do núcleo formado por pai/mãe/filhos. Porém, este tipo de família moderna vem desaparecendo, substituída por relações entre novos sujeitos, institucionalizando-se sob novas formas. Embora as transformações da família tenham possibilitado novos arranjos familiares, o que

podemos notar é que o modelo moderno ainda é visto como o modelo ideal para a criação dos filhos, e é ainda muito defendido por médicos, juristas e psicólogos.

Diante disto, é necessário considerar as transformações sofridas pela família para que se possa compreender melhor o que hoje vem acontecendo nesse núcleo social, que tem como função a socialização ou ação pedagógica socializadora de transformar os filhos em cidadãos, e, dentro desta perspectiva, enquadrados proteger, cuidar, alimentar, oferecer educação formal, como também instruir nos valores, costumes. E, além disso, cabe a esta instituição o controle moral sobre seus membros. O Estado, com o seu conjunto de instituições (Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude), cobra da instituição família que cumpra seu papel, de forma que hoje existe todo um aparato legal, que possibilita tanto a fiscalização como a punição caso necessite, isto é, caso a família não cumpra com o papel que lhe cabe, como podemos ver na legislação específica³.

Outra mudança sofrida pela família foi o lugar do homem, que antes vivia distanciado de toda possibilidade de diálogo com a família, especialmente com os filhos. Sempre apoiado pela cultura patriarcal, ao homem era reservado lugar acima da trama doméstica, constituída, sobretudo pela mulher e pela criança. Esta situação, porém, vem-se modificando, lenta e progressivamente, devido às transformações que modificaram a família. Embora isso tenha possibilitado mudanças nas representações acerca dos papéis masculino e feminino, foram mais enfáticos nas classes média e alta; já em relação às classes populares, os pais (masculino e feminino) ainda configuram: os homens devem prover o sustento do lar, enquanto as mulheres, o cuidado com a família e a casa. Entretanto, esse ideal nem sempre pode ser de todo realizado, já que a situação das famílias exige a saída da mulher de seu lar em busca de melhorar o sustento de sua família. Porém, a mudança de hábitos não acompanha o ritmo da transformação de

³ Como decretado no art. 22 Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. E sob pena descrita no art. 24 Art. 24. A perda e a suspensão do pátrio poder serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.

valores morais e, assim, vemos que a prática de “punição física para educar” ainda é utilizada no Brasil por pais e mães.

Com o surgimento de novos arranjos familiares, que foram modelados no processo que introduziu a mulher no mercado de trabalho, o homem passou a ser surpreendido pela ruptura da hierarquia doméstica e pelo constante questionamento de sua autoridade. Essas mudanças não contribuíram para reduzir o vazio instalado na rede de relações afetivas, pois o homem ainda continuou distante dos demais membros do núcleo familiar e, dessa forma, o vínculo estabelecido entre pai e filho continuou frágil, principalmente quando se trata de crianças do sexo masculino. A organização familiar com base na hierarquia advinda da prática patriarcal regia pela severidade de princípios, foi ao longo de nossa história sendo substituída, mas não por completo, por formas diferenciadas de organização, e o autoritarismo do antigo pai provedor patriarcal, foi perdendo espaço no domínio sobre o grupo.

A mulher, de modo submisso, tinha até metade do século XX, na sociedade brasileira, os afazeres da casa e o cuidado com os filhos, como ocupação exclusiva; contudo, no final do século XX, ocorreram transformações em suas ocupações e essas transformações repercutiram na concepção de paternidade, embora subsistam, ainda, no imaginário social, marcas da estrutura tradicional. Dessa forma, ainda são presentes, em nossa sociedade, visões da mulher como a principal responsável pelo cuidado com os filhos, embora tais transformações estejam relacionadas a diferentes fatores e não se processem de forma homogênea, isto é, não ocorreram em todas as sociedades pelos mesmos motivos.

Nas camadas populares, segundo Bustamante (2005), predomina uma visão tradicional dos papéis parentais: o papel de provedor exercido pelo homem é necessário, porém insuficiente, dado que existem outras tarefas consideradas próprias de pai, como educar, ajudar nos deveres, brincar etc. Em pesquisa feita em uma cidade do interior nordestino, em uma comunidade pobre, notaram que freqüentemente os homens cuidavam do que tange a eles como, por exemplo, a integridade física vinculada com às instalações domésticas, já que lhes cabe construir a casa; já em relação à necessidade de

cuidar, como dar banho, dar comida, entre outros, eles se consideram, e são considerados pelas mulheres da família, fora de lugar.

Costa (2002), para compreender as concepções masculinas de paternidade, realizou uma pesquisa em São Paulo em um centro de reprodução humana, em que os entrevistados viam a paternidade não como um desejo, ou um evento natural em suas vidas, mas algo que feria a virilidade dele, pois não ter filhos ameaçava a sua sexualidade.

Embora sua pesquisa revelasse para os entrevistados que a paternidade não era concebida apenas como “fazer filhos”, ela estava relacionada também à capacidade de sustentá-los e educá-los. Sustentar os filhos, então, seria uma responsabilidade considerada masculina, o que coloca o trabalho remunerado e com carteira assinada dos homens como referência fundamental nas concepções sobre paternidade e masculinidade. Assim, se “fazer filhos” pode servir para comprovar o atributo físico da paternidade, conseguir sustentá-los e educá-los comprova seu atributo moral. Também, para a mãe, ao cuidar bem dos filhos, sendo uma boa dona-de-casa e mãe garante aos olhos dos outros seu status na sociedade.

Com todas essas transformações, a família passa a ser o alvo principal do olhar do Estado e de instituições não governamentais, isto é, essas instituições passam a atuar mais sobre a família e, conseqüentemente, a família se torna mais visível e, principalmente, a figura central dentro da família é a mulher/mãe.

A mulher/mãe é então vista como eixo da estrutura familiar, tendo o controle da criação e educação dos filhos, o cuidado com a casa, com a saúde dos membros da família. Sendo assim, a expectativa que a comunidade tem dela é a que ela tem de si mesma, é a de cuidadora, como se ela nascesse com essa habilidade e capacidade a desenvolver, isto é, o seu bom desempenho é cobrado o tempo todo pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se a certeza que este pequeno artigo não dá conta de uma problemática complexa como a que envolve construção do amor materno. No entanto, pontua-se aspectos que podem ser levados em consideração em estudos com tal temática quais sejam: as mulheres/mães apenas passaram a ter interesse pela criança, bem como construíram relações de amor com seus filhos momento em que a sociedade assim possibilitou o surgimento desse sentimento. Contudo, os motivos da escolha da maternidade podem estar ligados a inúmeras causas e são explicadas no ponto de interseção do biológico, do subjetivo e do social: o desejo de reprodução da espécie, ou pela continuidade da própria existência; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de uma valorização e de um reconhecimento social; o amor pelas crianças; a reprodução tradicional do modelo da família de origem, entre outros. Em relação aos fatores, especificamente sociais, estão as condições econômicas e culturais das famílias; os projetos e possibilidades profissionais das mulheres. As facilidades ou as dificuldades variam de uma classe para outra e de país para país: a situação e a qualidade dos serviços públicos e/ ou particulares disponíveis; o apoio ou proximidade da família extensiva; as redes de solidariedade femininas. Entretanto, as condições materiais de existência não determinam, via de regra, a escolha da maternidade, embora elas definam as características e as possibilidades desta escolha.

Esperamos, por fim, que estas reflexões aqui levantadas possam contribuir com a compreensão do fenômeno apesar de entender a complexidade que envolve a temática, entende-se, por fim, que o amor materno é um sentimento humano construído socialmente, e como sentimento é frágil, imperfeito e pode não acontecer, já que depende de relações entre mães e filhos.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, P. **História da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BUSTAMANTE, Vânia. Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. **Cadernos de Saúde Pública**, v.21, n.6, Rio de Janeiro, nov./dic. 2005

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, cap. I, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. **A família contemporânea em debate**. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Rosely Gomes. **Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção**. Ano, 10, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14961.pdf>, acessado em 03/02/2008.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil Colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 5, n. 2, jul./dez. 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.